

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****142ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 91/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 60143.003825-2024-69****Órgão: CEX – Comando do Exército****Requerente: C.D.L.****Resumo do Pedido**

O requerente solicitou o acesso ao resultado final e dados do inquérito que apurou a responsabilidade dos signatários da “Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro”, alegando que segundo informações que constam na imprensa o inquérito já foi finalizado ([https://www.estadao.com.br/politica/exercito-aponta-autores-da-carta-dos-oficiais-que-pedia-golpe-26-militares-responderao-a-inquerito/?utm\\_source=twitter:newsfeed&utm\\_medium=social-organic&utm\\_campaign=redes-sociais:082024:e&utm\\_content=:::&utm\\_term=](https://www.estadao.com.br/politica/exercito-aponta-autores-da-carta-dos-oficiais-que-pedia-golpe-26-militares-responderao-a-inquerito/?utm_source=twitter:newsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais:082024:e&utm_content=:::&utm_term=)).

**Resposta do órgão requerido**

O CEX negou o acesso com base no art. 20 do Decreto nº 7.724/2012, justificando que a sindicância em questão resultou na instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM), que agora faz parte de um processo penal. Ressaltou que a referida sindicância foi anexada aos autos do IPM de nº 7000211-45.2024.7.11.0011.

**Recurso em 1ª instância**

O requerente alegou que a informação solicitada não identifica ou expõe os alvos do IPM, logo, entende como injustificada a negativa.

**Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância**

O CEX indeferiu o recurso, ratificando a resposta anterior.

**Recurso em 2ª instância**

O Requerente reitera o recurso de 1ª instância.

**Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância**

O Comando ratificou a negativa, entretanto, alegando contexto preparatório com base no art. 7º § 3º e art. 22 da Lei nº 12.527, combinado com o art. 3º do Decreto nº 7.724, justificando que o referido IPM, o qual não foi finalizado, consiste na apuração sumária de fato e tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal, tratando-se de documento preparatório. Nessa senda, relatou que o Eminentíssimo Cezar Peluso, Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, assim disciplinou: “o sigilo é instrumento mediante o qual se garante a inviolabilidade do segredo, e serve à autoridade condutora das investigações, visando à elucidação do fato, mas preserva ao mesmo tempo a intimidade, vida privada, imagem e honra das pessoas envolvidas na apuração.”

**Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)**

O Requerente reiterou o pedido.

### **Análise da CGU**

A CGU pontuou que, o Inquérito Policial Militar (IPM) é uma ação penal militar e não um processo administrativo. Assim, considerou que, o IPM é documento sigiloso e de competência do Poder Judiciário, conforme o determinado nos art. 16, 23 e 26 do Decreto-Lei nº 1.002/1969. Prosseguiu ponderando que, o Exército Brasileiro é um órgão do Poder Executivo. Neste contexto, considerando a independência dos poderes, consoante previsto no art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), não deve a Administração intervir-se em matéria da competência do Poder Judiciário. Logo, acatou as justificativas apresentadas pelo CEX de que as demandas relativas ao referido IPM são de responsabilidade daquele “Parquet Militar”, visto estarem protegidas por sigilo legal, nos termos do art. 22 da Lei nº 12.527/2011 que determina que o acesso à informação não exclui as demais hipóteses legais de sigilo.

### **Decisão da CGU**

A CGU indeferiu o recurso, visto que sobre as informações requeridas incide sigilo legal, no qual a sindicância em comento resultou na instauração do Inquérito Policial Militar (IPM), número 7000211-45.2024.7.11.0011, conforme art. 22 da Lei nº 12.527/2011 c/c Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar (CPPM).

### **Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)**

O Requerente solicitou a possibilidade de acesso parcial, com base no § 2º do art. 7º da LAI, aos dados gerais do respectivo IPM, requerendo o resultado da sindicância e identificação genérica de responsabilidades, sem expor detalhes que comprometam a investigação. Ademais, pediu a confirmação de medidas adotadas pelo Comando do Exército em resposta às conclusões do IPM. Nesse contexto, argumentou, em suma, alegando que o requerimento não busca acessar informações pessoais, mas sim dados gerais relacionados à conclusão da sindicância e do IPM. De maneira que, a publicidade desses dados é essencial para assegurar a transparência na atuação do Estado, especialmente em situações de alta relevância institucional, bem como permitir a fiscalização pela sociedade civil, como forma de garantir o cumprimento dos princípios democráticos. Citou ainda a possibilidade de Acesso Parcial, conforme o § 2º do art. 7º da LAI. Ademais, solicitou a identificação genérica de responsabilidades, sem expor detalhes que comprometam a investigação, bem como a confirmação de medidas adotadas pelo Comando do Exército em resposta às conclusões do IPM.

### **Admissibilidade do recurso à CMRI**

Recurso parcialmente conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022., o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido quanto à parcela do recurso que realiza inovação recursal.

### **Análise da CMRI**

Precipuamente, observa-se que o recorrente além de reiterar o pedido, solicitou ainda o acesso ao resultado da sindicância que antecedeu ao respectivo procedimento, nesse âmbito, importa esclarecer que a solicitação trata de inovação recursal, tendo em vista que não consta no requerimento inicial, logo, esclarece-se ao requerente que o pedido precisa atender ao determinado no art. 12, inciso III do Decreto nº 7.724/2012, devendo ser específico, claro e preciso, pois, isto possibilita o atendimento adequado, inclusive nas instâncias recursais. Posto isto, não é possível conhecer essa parcela do recurso, porque houve inovação recursal, de acordo com o disposto na Súmula CMRI nº 02/2015:

“INOVAÇÃO EM FASE RECURSAL– É facultado ao órgão ou entidade demandado conhecer parcela do recurso que contenha matéria estranha: i) ao objeto do pedido inicial ou; ii) ao objeto do recurso que tiver sido conhecido por instância anterior - devendo o órgão ou entidade, sempre que não conheça a matéria estranha, indicar ao interessado a necessidade de formulação de novo pedido para apreciação da matéria pelas instâncias administrativas iniciais.”.

Prosseguindo a análise, quanto à parte do recurso que reitera o pedido referente a informações gerais relativa aos IPM em questão, frisa-se que, apesar da irrisignação com a negativa apresentada, de fato, o

IPM é uma ação penal militar e não um processo administrativo, sendo um documento sigiloso e de competência do Poder Judiciário, conforme o determinado nos art. 16, 23 e 26 do Decreto-Lei nº 1.002/1969. Porém, ainda assim, realizou-se diligência junto ao CEX com fim a verificar se havia atualização sobre o caso, nesse sentido, em resposta, o órgão manifestou:

(...) o Inquérito Policial Militar (IPM) de nº 7000211-45.2024.7.11.0011 foi finalizado e teve os autos remetidos à 2ª Auditoria Militar de Brasília, da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (11ª CJM), conforme estabelece o art. 23 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar (CPPM):

“Art. 23. Os autos do inquérito serão remetidos ao auditor da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a infração penal, acompanhados dos instrumentos desta, bem como dos objetos que interessem à sua prova.”

(...) esclarecemos que a **2ª Auditoria Militar de Brasília declinou a competência da Justiça Militar da União em favor do Supremo Tribunal Federal (STF) para apreciar e julgar um possível crime cometido pelos quatro coronéis que elaboraram a “Carta ao Cmt Ex”**:

“Com base no art. 147 do Código de Processo Penal Militar, o juiz declarou a incompetência da Justiça Militar da União e determinou a remessa integral dos autos à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal para análise e decisão.” (Agência de Notícias do site oficial do Superior Tribunal Militar, disponível no link abaixo:

<https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/14268-1-instancia-da-justica-militar-decide-enviar-ao-stf-investigacao-contr-coroneis-suspeitos-de-fazer-peticacao-online>

(...) conclui-se que o IPM, bem como os dados nele contido, são informações sigilosas, de competência do Poder Judiciário, conforme supracitado nos art. 16, 23 e 26 do CPPM. Logo, é informação com restrição de acesso, nos termos do art. 22 da Lei nº 12.527/11.

(...) o Exército Brasileiro é um órgão do Poder Executivo. De acordo com o art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), os Poderes são independentes entre si, não devendo a Administração imiscuir-se em matéria da competência do Poder Judiciário.

(...) o Poder Judiciário é o canal específico para a obtenção da informação solicitada pelo requerente, conforme estabelece a Súmula nº 1/2015 dessa ilustre Comissão. O andamento do IPM poderá ser acompanhado no site <https://processos.stm.jus.br/>.

(Grifo nosso)

Diante dos esclarecimentos supracitados, verifica-se confirmada a negativa de acesso, haja vista que o recorrido informou que o IPM está, no momento, sob a responsabilidade do STF para apreciação e julgamento de um possível crime cometido pelos quatro coronéis que elaboraram a “Carta ao Cmt Ex”. Nesse sentido, verifica-se que a competência pela presente solicitação é do Poder Judiciário, o qual decidirá sobre o acesso pretendido. Logo, sendo o IPM protegido por sigilo legal, entende-se pelo indeferimento do recurso, nos termos do art. 22 da Lei nº 12.527/2011 c/c Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar (CPPM), porque o IPM está restrito com base em sigilo legal.

### Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento parcial do recurso, e no mérito, da parte que conhece, pelo indeferimento, visto que as informações pleiteadas estão protegidas por sigilo legal, nos termos do art. 22 da Lei nº 12.527/2011 c/c Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, Código de Processo Penal Militar (CPPM). Da parte que não conhece, referente ao pedido a acesso ao resultado da sindicância, haja vista que se trata de inovação recursal, com a aplicação da Súmula CMRI nº 06/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** registrado(a) civilmente como **RONALDO**, **Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima**, **Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS**, **Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA**, **Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6487478** e o código CRC **FD3988D3** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)